

Prefeitura de SP prepara licitação para Fab Labs, centros de fomento à computação

Os centros contarão com equipamentos como impressoras 3D e marcenaria digital fáceis de serem manipulados, mesmo por pessoas que não têm conhecimento técnico. "é um espaço educativo para a comunidade usar", afirmou o secretário. Os Fab Labs seriam uma espécie de continuação do projeto de telecentros, criado na gestão da Marta Suplicy que, segundo ele, cumpriu importante papel na inclusão digital.

A prefeitura de São Paulo está preparando edital para licitar 12 Fab Labs ou laboratórios de fabricação, que são oficinas equipadas para fomentar o desenvolvimento de produtos tecnológicos do inglês. Durante entrevista coletiva

nesta terça-feira, 03/02, na abertura da Campus Party Brasil, o secretário de serviços, Simão Pedro Chiovetti, explicou que a ideia é espalhar 12 Fab Labs pela cidade. Atualmente, existem dois centros deste tipo, um na USP e outro particular.

De acordo com o secretário, a prefeitura trabalhou no ano passado na elaboração do edital. A expectativa é que ele fique pronto nas próximas semanas. Na coletiva, o secretário também disse que a prefeitura está trabalhando para que os ônibus e as praças tenham acesso à internet. "Estamos trabalhando muito na temática de cidade inteligente. São Paulo está bem aberta para receber propostas para melhorar o ambiente público." ■

Facebook, Google, LinkedIn e Twitter abrem vagas no Brasil

Quem tem o sonho de trabalhar nas maiores empresas de internet do mundo, já pode começar a atualizar o currículo, pois Facebook, Google, LinkedIn e Twitter estão com vagas abertas aqui no Brasil. Confira as oportunidades:

Facebook

O escritório da rede social de Mark Zuckerberg localizado em São Paulo está buscando 19 profissionais para chefiar as áreas de recursos humanos e estratégia para e-commerce e varejo, além de oferecer vagas para engenheiro de software e estrategista criativo para o Instagram.

Google

A gigante das buscas tem duas operações no Brasil, uma localizada em São Paulo e outra em Belo Horizonte. Em São Paulo, são 11 vagas distribuídas entre os cargos de especialista em língua portuguesa, chefe de operações de qualidade do

produto, engenheiro de operações e analista de crédito. Em Belo Horizonte, as duas vagas abertas são para engenheiro de software.

LinkedIn

A rede profissional busca por quatro novos funcionários para a capital paulista. As vagas são de executivo de contas para soluções de vendas, gerente de relacionamento para pequenas e médias empresas, gerente sênior de desenvolvimento de negócios para a América Latina e especialista em educação de clientes para a América Latina.

Twitter

A rede de microblogs procura 10 profissionais para preencher as vagas do escritório em São Paulo. As vagas incluem os cargos de executivo de contas, gerente de marketing de produtos, gerente de desenvolvimento de negócios, entre outras. Confira. ■

Entrega de código-fonte gera impasse entre empresas e governo

Apesar do clima amistoso, terminou em impasse a audiência pública para discutir a auditoria em programas e equipamentos para os serviços de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC), fornecidos aos órgãos do governo federal, realizada nesta quinta-feira, 12/03, em Brasília.

O governo deixou claro que não abrirá mão de suas prerrogativas de só comprar sistemas informatizados e equipamentos de rede de telecomunicações quando puder auditar e ter as devidas garantias de proteção aos seus dados sensíveis.

Já as grandes empresas relutam em aceitar uma das principais medidas embutidas no Decreto 8.135 e na Portaria Interministerial no; 141, que visam à segurança de TIC nas comunicações no governo: a entrega de seus códigos-fonte para auditoragem.

A audiência pública, realizada no auditório do Ministério do Planejamento, foi promovida pela secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI). Contou com uma boa presença de representantes de órgãos federais e de empresas estatais e privadas, entre elas, as gigantes Microsoft e a Cisco.

Foram discutidos diversos temas que compõem a futura regulamentação de segurança em TI e Telecom. O governo está disposto a usar parte da norma internacional denominada por "Common Criteria", mas descarta todos os seus itens e quer que também sejam feitas auditorias em laboratórios no Brasil.

Ao não aceitar a íntegra dessa norma internacional como o melhor instrumento para auditoragem de softwares e equipamentos de rede. Os técnicos da SLTI explicaram que não poderiam sujeitar o país a um tipo de certificação que, apesar de poder ser obtida através de diversos laboratórios internacionais, tem como um dos responsáveis pela aferição de conformidade dos sistemas e equipamentos, a Agência de Segurança Nacional do governo norte-americano, a NSA, envolvida há um ano num escândalo de espionagem a governos, entre eles o do Brasil.

Novos encontros deverão ocorrer antes que a SLTI torne regra a auditoragem nos sistemas e

equipamentos fornecidos por multinacionais ao governo. As empresas ainda deverão negociar por mais tempo alternativas, mas dificilmente cederão na entrega do código fonte. Nesse ponto, o governo foi pouco convincente para elas, no tocante à guarda dos códigos-fonte. Alguns técnicos disseram que essas informações serão tratadas pelo governo brasileiro com o mesmo grau de sigilo com que tratam, por exemplo, o Imposto de Renda, ou os dados da Previdência Social.

Outra alternativa foi cogitada: o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), poderia se encarregar da guarda desses dados, uma vez que tem um modelo de certificação para compra de equipamentos e sistemas que geram chaves criptográficas, o qual nunca foi questionado pelas empresas de segurança como falho na guarda de suas informações.

O Decreto 8.135 diz que "as comunicações de dados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão ser realizadas por redes de telecomunicações e serviços de tecnologia da informação fornecidos por órgãos ou entidades da administração pública federal, incluindo empresas públicas e sociedades de economia mista da União e suas subsidiárias".

Já a Portaria 141, assinada conjuntamente pelo Planejamento, Defesa e Comunicações, buscou regulamentar o Decreto que trouxe a exigência dos serviços estatais. Além da contratação em si, o governo quer ser capaz de conferir a "integridade" e "confidencialidade" das informações trocadas internamente.

As empresas saíram do encontro descrentes quanto a possibilidade de um acordo, caso o governo insista, de fato, na quebra do sigilo dos seus códigos-fonte. Mas cientes de que o mercado brasileiro governamental é algo que não pode ser desprezado, estão dispostos a sentar e negociar com os técnicos do governo. Mas, ao que parece, o recado dado pelo secretário de Logística e TI, Cristiano Heckert, é bem claro: "Os senhores podem contribuir, mas estejam certos que o Estado brasileiro tem o dever e o direito de zelar pela sua segurança", disse. ■